

O SERVIÇO DE RECREAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE NO COMEÇO DO SÉCULO XX: ENTRELAÇAMENTOS COM A EDUCAÇÃO INTEGRAL

Esp. Fabiana Gazzotti **Mayboroda** – UNISINOS

Agência Financiadora: CAPES/PROEX

Resumo

A presente produção pretende apresentar em recorte, uma descrição de uma política pública acontecida nas Praças de Educação Física, na cidade de Porto Alegre, em meados do século XX e os seus entrelaçamentos com a Educação Integral. Com um percurso metodológico apoiado na História Cultural, objetivou-se entender a implantação dessa experiência. Utilizou-se como fonte documental: cartas, diários, imagens e boletins técnicos do Superintendente de Recreação Pública da época, Frederico Guilherme Gaelzer. Apresentam-se aqui as primeiras impressões sob o objeto analisado fazendo uma análise com autores que discorrem sobre essa temática e que foi fundamental para a compreensão historiográfica. Assim, considera-se relevante entender as influências das políticas do Serviço de Recreação Pública na construção do ideário de cidade moderna, higiênica, bela e regrada.

Palavras-chaves: História da Educação. Educação Integral. Política Pública.

O SERVIÇO DE RECREAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE NO COMEÇO DO SÉCULO XX: ENTRELAÇAMENTOS COM A EDUCAÇÃO INTEGRAL

Panorama contemporâneo

A Educação Integral no Brasil vem se apresentando, nos últimos anos, como uma política pública em fase de expansão na medida em que busca impactar, positivamente, a aprendizagem dos alunos, através da ampliação do período de permanência da escola. Há um discurso recorrente do Estado a respeito da ampliação da jornada escolar. Assim, as expressões “tempo integral” e “jornada ampliada” vêm marcando de forma contundente as legislações da política educacional.

Logo, pode-se salientar o artigo 34 da Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prevê progressivamente esta ampliação. Na Lei 10.179/2001, que se refere ao Plano Nacional de Educação, prioriza-se o atendimento do tempo integral como um dispositivo de enfrentamento as desigualdades sociais e oportunidade de aprendizagens. Para financiar tais ações indutoras, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Lei nº 11.494/2007, em seu artigo 10, garante a distribuição proporcional de recursos, diferenciando tempo integral de tempo parcial. Já no Ministério de Desenvolvimento Social, há o Programa de Erradicação do Trabalho infantil, que articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes da prática do trabalho precoce. O programa fomenta e incentiva a ampliação do universo de conhecimentos, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar à escola, ou seja, na jornada ampliada.

A reflexão sobre algumas legislações atuais, leva a compreensão que embora a implementação de algumas políticas públicas tenham trazido para as práticas escolares a discussão da Educação Integral contemporaneamente, existem experiências na história educacional que também defendiam tais ideias. Tais práticas já apontavam em suas discussões os fazeres como o tempo estendido e a utilização de outros espaços públicos.

Percursos metodológicos

Foi a partir do movimento dos Annales que “uma nova representação do tempo histórico” foi se desenvolvendo. Essa “Nova História” problematiza e valoriza a microhistória, dando “[...] ênfase na relação entre o local e o global” (BURKE, 2005, p.64).

Por se tratar de uma pesquisa historiográfica, analisou-se: diários, cartas, imagens e boletins técnicos ligados a figura de Frederico Guilherme Gaelzer e ao Serviço de Recreação Pública. A luz do referencial teórico da História Cultural como uma forma possível de se reconstruir e conhecer o processo de escolarização nas praças da cidade de Porto Alegre, em meados do século XX. É nesse processo de reflexão da realidade que se pretende “[...] validar, no presente, determinadas leituras da realidade passada, uma vez que o conhecimento histórico é uma operação intelectual que se esforça por produzir determinadas inteligibilidades do passado [...]” (STEPHANOU; BASTOS, 2009, p.417).

É com o intuito de compor os cenários de um fragmento do trabalho do Serviço de Recreação Pública em Porto Alegre, que esse artigo estrutura-se. Logo,

acreditando nas experiências regionalizadas de Educação Integral, o presente artigo apresenta resultados parciais e iniciais de uma pesquisa sobre uma política pública acontecida na cidade de Porto Alegre, no começo do século XX (FEIX, 2003; MAZO, 2004; CUNHA, 2010; LYRA, 2011). A ampliação da jornada escolar pode ser refletida na fomentação das políticas públicas que pontuam a organização e a distribuição dos processos educativos nos espaços. Assim, a reflexão a ser realizada sobre as praças não se encontra na preocupação das técnicas e métodos, como nas teorias tradicionais, mas sim “por que” aconteceram.

Contexto da pesquisa: primeiras impressões

Por algumas veredas das legislações, pesquisou-se evidências e experiências históricas que fomentaram a ampliação da jornada escolar. Assim, os artigos e pesquisas realizados sobre as experiências de educação Integral pelo Brasil remetem-se a partir do teórico Anísio Teixeira. Para Anísio, seria importante ampliar o dia letivo para enriquecer o currículo com atividades educativas, afirma que “com a chamada democratização da escola primária, devia-se cuidar, não de reduzir o currículo e a duração da escola, mas de adaptá-la à educação para todos os alunos em idade escolar (1977, p.128).

O discurso de Educação Integral se coloca como contraponto ao contexto educacional higienista-eugenista e autoritária da época. Começa a ter visibilidade a perspectiva de uma prática mais ampla e democrática, proposta por educadores de visão progressista, como Anísio Teixeira e os escolanovistas.

O primeiro modelo para o Brasil, idealizado por Anísio Teixeira, surgiu a partir da segunda metade do século XX, em Salvador, Bahia, na forma de Escolas-Classe e Escolas-Parque. A proposta residia em um sistema escolar que recebia as crianças em dois turnos. No primeiro, elas recebiam a educação do “ensino propriamente dito”, das letras, ciências e matemática. Na Escola-Parque, em prédios com estrutura adequada a outras atividades, os alunos tinham acesso à educação social que incluía educação física, música, educação sanitária, assistência alimentar e leitura (TEIXEIRA, 1997). Este modelo viria a ser mais tarde adotado no Rio de Janeiro, nos Centros Integrados de Educação Pública, pensados por Darcy Ribeiro ao longo das gestões do governador Leonel Brizola, tendo como objetivo oferecer um ensino de qualidade para camadas populares.

O contexto Porto Alegrense

A Porto Alegre do início do século XX estava passando por um profundo processo de modernização das relações sociais e econômicas. No âmbito das práticas educacionais, a influência da colonização germânica é importante no sentido de valorização simbólica deste tipo de disposição para agir publicamente. Esse processo de germanização que se inicia no século XIX, proporciona a fundação de sociedades e clubes que, de forma associativista, desenvolvem em seu interior práticas corporais como ginástica, remo, tiro, ciclismo e, até, futebol (MAZO; GAYA, 2006). É então, no início do século passado, que a cidade de Porto Alegre, segundo Pesavento (1995, p.282) passa por um processo de construção, ordenação e transformação. As praças, antes das modificações urbanas, eram o espaço da liberdade dos movimentos. Posteriormente, tal liberdade foi substituída pela intencionalidade pedagógica, regada pela lógica da modernidade. Portanto, “[...] as construções e espaços do poder público poderá obedecer a uma intencionalidade enquanto projeto e concepção, distante das referências simbólicas que o seu uso e consumo elaborar”.

É nestas Praças de Educação Física, que o “interesse institucional em educação, esporte e recreação eram prementes” (CUNHA, MAZO, STIGGER, 2010, p.13), tendo como objetivos: a transmissão das tradições da raça e a formação de uma cidadania prestante (1953, p.8).¹ Nesse bojo, “o Serviço de recreação Pública apareceu em Outubro de 1926, quando o Sr. Prefeito de então, Dr. Otávio Rocha, convidou o Prof. Frederico Guilherme Gaelzer para o planejamento das atividades recreacionistas em nossa capital” (Boletim Técnico Informativo, 1953, p.5). Surge então a figura de Frederico Guilherme Gaelzer, que conforme Feix, desde a década de 20, do século passado, instaurou “os Jardins de Recreio de Porto Alegre, que funcionavam nas praças como escolhinhas para crianças (Jardim de Infância)” (2003, p.51).

Portanto, foi através do discurso da modernidade que se construiu um novo imaginário social para a cidade de Porto Alegre no início do século XX. Um novo sujeito urbano passa a ser constituído “[...] na articulação complexa de discursos e práticas, que podem ser pedagógicos, médicos, terapêuticos, entre outros, historicamente engendrados, que se instauram modos de conhecimento de si” (STEPHANOU, 1998, p.97). Logo, esse sujeito precisa estar na escola em um turno e no outro turno “[...] nos jardins e parques recreativos, complementos das escolas, com todos os seus matizes educadores, que a criança desenvolverá o corpo e a mente,

¹ Conforme Boletim Técnico Informativo nº7, o Sr. Frederico foi o Diretor Municipal dos Jardins de Recreio e Praças de Esportes da capital.

ampliando a sua vida social em um convívio conduzido entre os seus companheiros e folguedos” (BOLETIM TÉCNICO INFORMATIVO,1953, p.1). Percebe-se que a intenção de aprendizagem não se dá apenas na esfera conceitual, passa por uma profunda intencionalidade atitudinal, sendo a educação integral aqui uma forma de civilização do povo (ELIAS, 1990).

Essa política, embora fosse oficial, não pode “apresentar realizações ponderáveis”, apresentando dificuldade em relação ao seu financiamento. Pois, em um primeiro momento o Serviço de Recreação Pública estava vinculado a Diretoria de Obras (1953, p.5).

Considerações provisórias

O pioneirismo das políticas da cidade de Porto Alegre em relação com a Educação Integral, não pode ser analisado de forma ufanista, tendo em vista que esta política se consolidou a partir de anseios de parcelas da sociedade. Esta relação entre a prática e seu contexto histórico se constitui como uma inspiração para se buscar cada vez mais fontes não oficiais que possam narrar uma outra história.

O exercício de buscar, catalogar e analisar estas fontes se constitui como um desafio para compreender não só a memória destas políticas em sua especificidade, e que se mantém até hoje com as devidas atualizações, mas também para refletir sobre o processo de modernização da cidade já debatidos a partir de outras matrizes como: o urbanismo, a saúde pública e a economia.

Referências

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Boletim Técnico Informativo (Serviço de Recreação Pública), número5, Porto Alegre, 1953.

CUNHA, Maria L.; MAZO, Janice Z.; STIGGER, Marco P. A organização das praças de Desporto/Educação Física na cidade de Porto Alegre (1920-1940). **Licere**. Belo Horizonte, v.13, nº1, p.1-33, mar., 2010.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1990.

FEIX, Eneida. **Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública**, 108f. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGCMH/UFRGS, 2003.

LYRA, Vanessa B.; MAZO, Janice Z. “Os modernos métodos de ensino”: a criação dos cursos intensivos de Educação Física na capital sul-rio-grandense. **Do corpo: Ciências e Artes. Caxias do Sul**. V.1, nº1, p.1-17, jul./dez., 2011.

MAZO, Janice; GAYA, Adroaldo. As associações desportivas em Porto Alegre (Brasil): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. Porto, v.0, nº2, p.205-216, 2006.

PESAVENTO, Sandra J. Muito Além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, nº16, p.279-290, 1995.

STEPHANOU, Maria. Práticas formativas da medicina: manuais de saúde e a formação para a urbanidade. **Véritas**. Porto Alegre, v.43, nº especial, p.97-102, dez., 1998.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, v.3, p.278-295.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. (Original publicado em 1936)